ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 04-7-2022.

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D`Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Atena Beauvoir Roveda, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Delegado Cleiton, Jonas Reis, Karen Santos, Lucas Fuhr, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 101/22 (Processo nº 0199/22), de autoria de Karen Santos; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 108/22 (Processo nº 0207/22), de autoria de Hamilton Sossmeier. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Érika Karine Rocha Dallavéchia, presidente do Projeto Social Angelina Luz, para pronunciamento acerca da saúde das mães atípicas. Foi aprovado Requerimento de autoria de João Bosco Vaz, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia quatro ao dia treze de julho do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, o suplente Delegado Cleiton, informando-lhe que integraria a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL. Foi aprovado Requerimento de autoria de Márcio Bins Ely, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia quatro ao dia seis de julho do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, após a entrega do diploma, da declaração pública de bens e da indicação de nome parlamentar, bem como a prestação do compromisso legal, a suplente Atena Beauvoir Roveda, informando-lhe que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Na oportunidade, foi apregoado documento firmado por Márcio Bins Ely, Líder da Bancada do PDT, declarando o impedimento dos suplentes Angélica Kafrouni, Professor Pedro Felice, Luiggi Bertaco e Felipe Gaspar em assumirem a vereança, em substituição, do dia quatro ao dia seis de julho do corrente. A seguir, Atena Beauvoir Roveda pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Foi aprovado Requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia quatro ao dia sete de julho do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, após a entrega do diploma, da declaração pública de bens e da indicação de nome parlamentar, bem como a prestação do compromisso legal, o suplente Lucas Fuhr, informando-lhe que integraria a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL. Na oportunidade, foi apregoado

documento firmado por Gilson Padeiro, Líder da Bancada do PSDB, declarando o impedimento dos suplentes Conselheiro Marcelo, Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum, Luiz Fabiano de Souza, Professor Franzen, Henry Ventura, Matheus da Luz Xavier, Aldoir Machado Borges, Tatiane Pires Bernardes, Neiva Conceição Dias Chaves, Daniel Silva dos Santos, Políbio Figueiredo Braga e José Alfredo Pezzi Parode em assumirem a vereança, em substituição, do dia quatro ao dia sete de julho do corrente. A seguir, Lucas Fuhr pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cassiá Carpes, Leonel Radde, Delegado Cleiton e Aldacir Oliboni. Na ocasião, foi apregoado o Processo SEI nº 278.00020/2022-07, por meio do qual Cintia Rockenbach informa sua participação, nos termos do artigo 227, § 1º, do Regimento, em Reuniões na Câmara dos Deputados e em Ministérios de Estado, do dia quatro ao dia seis de julho do corrente, em Brasília – DF. Também, foi apregoado o SEI nº 020.00048/2022-11, por meio do qual Alvoni Medina solicita representar externamente este Legislativo, no dia seis de julho do corrente, no evento "Grande Expediente em homenagem aos 15 anos da TV Record no Rio Grande do Sul", às quatorze horas, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Laura Sito e Karen Santos, solicitando a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão. Às quinze horas e vinte e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 029/21 (Processo nº 0896/21). Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e cinco minutos às quinze horas e trinta e dois minutos. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Claudio Janta, ao Projeto de Lei do Executivo nº 029/21. Foi aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 029/21. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 029/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 029/21. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando o adiamento, por três sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/22 (Processo nº 0037/22). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 106/22 (Processo nº 0495/22). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 071/18 (Processo nº 0787/18). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 101/22 (Processo nº 0479/22). Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 360/21 (Processo nº 0857/21), o qual, após ser discutido por Aldacir Oliboni e Jessé Sangalli, teve sua discussão adiada por três sessões, mediante Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni e aprovado pelo Plenário. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando o adiamento, por três sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 465/21 (Processo nº 1080/21). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 102/22 (Processo nº 0480/22). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando que os Requerimentos nºs 094, 103 e 105/22 (Processos nºs 0442, 0481 e 0494/22, respectivamente) fossem apreciados conjuntamente. Em Votação, foram aprovados conjuntamente os Requerimentos nºs 094, 103 e 105/22. Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Após, transcorreu o período de

Comunicações, sem pronunciamentos. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 101, 418 e 570/21 e 071, 073, 171, 230 e 247/22 e o Projeto de Lei do Executivo nº 011/22; e, em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/22, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 334/21 e 150, 168, 169, 178, 179, 231 e 241/22 e o Projeto de Lei do Executivo nº 016/22. Às quinze horas e cinquenta e sete minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim e Mônica Leal. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde. Registro a presença da Sra. Josiane Viana.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Projeto Angelina Luz, que tratará de assunto relativo à Saúde das Mães Atípicas. A Sra. Erika Karine Rocha Dallavechia, presidente do Projeto Angelina Luz, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. ERIKA KARINE ROCHA DALLAVECHIA: Boa tarde a todos; normalmente, eu não faço uso de papéis durante a Tribuna, mas hoje, como se trata de uma pauta que me fere muito, eu preferi trazer o papel a ter que... Então, como é uma pauta que me fere como mãe, como ser humano e como mulher, hoje eu preferi trazer as minhas palavras no papel para que eu não seja interrompida por um sentimento de mãe atípica que hoje eu vos trago. Boa tarde a todos que se fazem presentes, eu me chamo Érica Rocha, só mãe atípica, sou ativista, fundadora e presidente do Projeto Angelina Luz, que acolhe mais de 500 famílias em vulnerabilidade social, com crianças autistas no nosso Estado. Hoje eu poderia estar retornando a este plenário e trazendo novamente as pautas quanto ao acesso às terapias especializadas pelo SUS – que eu trouxe na Tribuna do ano passado – ou a pauta da inclusão na educação – que eu trouxe no início deste ano –, pois nós seguimos sem terapias especializadas pelo SUS e com essa inclusão na educação de fachada. Porém, eu trago hoje uma pauta tão importante quanto todas as pautas trazidas a este plenário: nós precisamos urgentemente cuidar de quem cuida. Heroínas, guerreiras, batalhadoras, os adjetivos usados para descrever a maternidade não são poucos e, muitas vezes, estão associados à força e à superação. Para as mães de pessoas com deficiência não poderia ser diferente. Há quem diga que somos escolhidas pelo Divino, que podem tudo, que são inspiradoras, no entanto, esse discurso, que até parece elogio, pode esconder preconceitos e omitir as reais dificuldades enfrentadas pelas mulheres que criam cidadãos com necessidades

especiais. É a chamada maternidade atípica, que sofre com a romantização, enquanto as mães precisam lutar sozinhas contra a falta de acolhimento e políticas públicas. Nós não queremos ser vistas como santas nem como guerreiras; queremos ter nossos direitos reconhecidos e que os direitos dos nossos filhos sejam respeitados. Porque os nossos filhos não são pesos, não são fardos; eles são pessoas que têm direitos negligenciados por várias esferas da sociedade. Infelizmente, nós também temos muita dificuldade de pedir ajuda. Estamos acostumadas a fazer tudo sozinhas, justamente porque todo mundo está sempre falando: vocês são guerreiras, vocês conseguem. Só que não somos de ferro. As pessoas falam que somos guerreiras, mas, como todo guerreiro, também cansamos. Não é nada fácil chegar ao ponto de dizer: eu cansei, eu não consigo mais, eu preciso de ajuda. Falta empatia real, que se preocupem com as verdadeiras necessidades da pessoa com deficiência. Se houvesse mais informação... Eu já ouvi coisas do tipo: "Que pena que ela é autista, ela é tão bonita". Você fica sem entender, falta muito conhecimento. Existem países em que é ensinado nas escolas, desde as séries iniciais, a diversidade. Isso faz bastante diferença nas ruas, onde todos os dias sofremos preconceito e discriminação. Precisamos conscientizar, precisamos que a sociedade não olhe para os nossos filhos como se eles fossem bichos, ETs, ou que vão contagiar os próximos, os filhos atípicos e típicos de vocês. Ser mãe de criança com deficiência seria muito mais fácil se a sociedade cumprisse o seu papel, sem olhar para gente com pena. A falta de acolhimento da maternidade atípica está presente em diversas esferas da sociedade e envolve machismo, capacitismo, preconceito contra pessoas com deficiência. É um falso sentimento de preocupação que nós, família, mães de crianças com deficiência, nos deparamos em todos os lugares; essa preocupação que não existe, ela é falsa. Falar da luta dessas mães sem mostrar que as dificuldades que elas enfrentam é o resultado do descumprimento da cidadania, não ajuda. Mais importante do que usar como exemplo de superação é garantir que elas tenham acesso aos seus direitos. Para mim, superação só faz sentido quando ela é coletiva, superação coletiva só vem quando tivermos políticas públicas e acesso para todos, pois nós fazemos parte do mesmo mundo que aquelas crianças ditas normais fazem parte. Nossos filhos têm direito à existência, nossos filhos têm direito à educação, nossos filhos têm todos os direitos que todos os outros cidadãos têm, pois são seres humanos. Uma pessoa que se mata pelo próprio filho, isso não é superação. Esse conceito está completamente errado. Não pode ser uma pessoa para lutar contra tudo que está faltando, nós temos que cobrar juntos, para que a sociedade e o Estado façam o papel deles. Nós, como mães, como cidadãos, temos direitos que não estão sendo cumpridos. Se cada um fizesse o seu papel aqui, se os homens fossem pais que cumprissem o papel de pai, se o Estado cumprisse o que está nas leis, se nós tivéssemos políticas públicas e assistência social, ninguém estaria olhando para essas mães de crianças deficientes e chamando elas de guerreiras. As mães atípicas estão totalmente desamparadas, esquecidas pela sociedade e pelo sistema. Não existe uma rede de apoio para essas mães, a rede de apoio somos nós mesmas, umas das outras, que nos ouvimos, que nos acolhemos, que nos direcionamos e nos unimos. Essas mães não têm acesso à saúde, pois a lei de prioridade no atendimento não se estende a elas; mães que há anos não vão a uma consulta com um

clínico geral; mães que há anos não conseguem uma consulta com um ginecologista, para fazer o exame Papanicolau; mães que não conseguem fazer o exame da mama, para prevenir o câncer. Não, nós não conseguimos o acesso básico à saúde. Como ter acesso à consulta, se elas não têm prioridade ao atendimento? Seus filhos, muitas vezes, têm que ir junto, porque a maior parte das mães atípicas se torna mãe solo, porque quando o diagnóstico entra pela porta o pai pula pela janela. Então, essas mães têm que levar os seus filhos junto. Na grande maioria das vezes, essas mães já não procuram a saúde – agora me referindo as crianças dentro do espectro autista –, porque a espera para eles é muito dolorosa, é massacrante, diante de ambientes cheios de pessoas, estímulos, barulhos, aglomeração. Isso acarreta, a uma pessoa com transtorno do espectro autista, uma sobrecarga sensorial absurda, desumana, machuca, traz sofrimento, dor. Por esse motivo, mães não têm como acessar a saúde, pegar fila, pegar ficha, passar pelo acolhimento, pegar uma outra ficha, voltar para o saguão; isso demanda horas de espera. Como esperar com aquela criança autista ao seu lado? Mães atípicas, física e mentalmente adoecendo, dia após dia, sem que sejam lembradas. Um alto índice de depressão entre as mães atípicas vem crescendo consideravelmente e com isso aumentando as estatísticas de suicídio entre elas. Quando nos tornaremos cidadãs dignas de sermos vistas e acolhidas? Não adianta as notas de pesar nas redes sociais quando se deparam com a triste notícia da morte de uma mãe atípica. Um exemplo entre muitos que eu poderia trazer hoje aqui é a morte da mãe Ana Paula, com 39 anos de idade, uma mãe solo, sem apoio familiar, sem apoio do Estado, sem apoio da sociedade. Essa mãe infartou dentro de casa, e o seu filho autista, com 6 anos de idade, permaneceu ao lado dessa mãe por mais de 10 dias, a sua mãe já com o corpo em estado de decomposição, e ninguém lembrou dessa mãe, essa criança sobreviveu com os restos de comida da casa, mas ninguém sentiu a falta dessa mãe. E ele, por ser uma autista não verbal, não conseguiu expressar o que tinha acontecido, ele não conseguiu buscar ajuda. É inacreditável que no século em que a gente vive, a gente não tenha esse acolhimento; é inacreditável que as mães não tenham acesso básico à saúde, que a gente tenha que adoecer sozinha e esquecida por toda uma rede, por todo sistema, por todo Estado.

Eu queria deixar um recado para as mães atípicas que aqui estão, antes de finalizar minha fala, eu quero me direcionar às mães atípicas que, com muito esforço, conseguiram estar aqui e se fazer presentes, assim como todas as outras que estão nos acompanhando: nós somos as principais vítimas dos textos de elogios vazios do dia de hoje. Nossos filhos têm garantia à matrícula nas escolas regulares por obrigação em lei, mas a inclusão, de fato, real, é de fachada, mas nos chamam de mães especiais. Nossos filhos não são chamados para festinhas de aniversário, mas fomos as escolhidas por Deus. Usam a condição dos nossos filhos para ofender uns aos outros – "fulano é retardado, beltrano é autista demais" –, mas nós somos guerreiras. Nossa maior angústia é não saber quem cuidará dos nossos filhos quando nós não estivermos mais aqui, mas nós temos amor incondicional, não é mesmo? É como se um apelido bonitinho apagasse imediatamente todas essas questões. Por outro lado, querem que nos confortemos a este lugar, a este papel sacrossanto. Mãe atípica não tem que ter apenas mãe atípica, a mãe atípica não pode também ser mulher, não pode ter vaidade, não pode ter sonhos, não

pode ter planos, não pode existir enquanto indivíduo, não sonha, não pensa e não questiona, afinal foi Deus ou o destino que quis assim: conformem-se, mantenham-se no seu papel. Você não é mãezinha, muito menos é mãezinha atípica; nós não somos, nós não somos reduzidas a isso, mas anotem aí, todo o santo dia alguém vai tentar te colocar de volta no seu lugar.

Encerrando, vou pedir a aqueles que estão aqui, que realmente conseguiram ouvir as minhas palavras, queria pedir a esta Casa, aos vereadores, aos nossos representantes, que foram eleitos por nós, que nós solicitamos, portanto, a resolução dessa situação precária das pessoas que cuidam, que sejam disponibilizados horários especiais e a prioridade de atendimento seja estendida a essas mães. Cuidar de quem cuida é investimento, as mães são a força que move o mundo, e a saúde física e mental delas é um direito. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Sra. Erika Karine Rocha Dallavechia.

O Ver. João Bosco Vaz solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 4 a 13 de julho de 2022. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

A Mesa declara empossado o suplente, Ver. Delegado Cleiton, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Informo que o Ver. Delegado Cleiton está dispensado de prestar compromisso porquanto já o fez em outra ocasião.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Márcio Bins Ely solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 4 a 6 de julho de 2022. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Márcio Bins Ely, no período de 4 a 6 de julho de 2022, e em razão da impossibilidade de os suplentes Angélica Kafrouni, Professor Pedro Felice, Luiggi Bertaco e Felipe Gaspar assumirem a vereança, a suplente Atena Beauvoir Roveda assumirá a vereança. Informo que a suplente Atena Beauvoir Roveda já entregou seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Atena Beauvoir Roveda prestará a seguir.

SUPLENTE ATENA BEAUVOIR ROVEDA (PDT): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Declaro empossada a Ver.ª Atena Beauvoir Roveda. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Atena Beauvoir Roveda, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

A Ver.ª Atena Beauvoir Roveda está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA ATENA BEAUVOIR ROVEDA (PDT): Uma boa-tarde à Presidência da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, na figura da Ver.ª Karen Santos, eu quero saudar a todos vereadores e vereadoras, senhoras e senhores que formam aqui a representação do povo porto-alegrense; quero saudar a todas e todos que, neste momento, saíram de seus trabalhos, de seus compromissos para ouvir, ver o partido de Leonel Brizola, de Getúlio Vargas e de Alceu de Deus Collares estar aqui compondo, enquanto PDT, uma mulher transexual, educadora, editora, mas, acima de tudo, continuadora da herança de Leonel de Moura Brizola, enquanto brizolista e, principalmente, trabalhista. Quero dizer que é muito, muito, muito, muito, muito grande o sentimento de estar aqui representando a parcela da população desta cidade, desta capital, uma capital tão importante, desde a legalidade, a defesa dos nossos direitos. Quero dizer também que, junto a esse momento de intensa felicidade nos vem uma melancolia por perdermos o nosso companheiro Mauro Zacher, no último domingo, a quem nós prestamos, neste momento, a saudosa homenagem em sua memória. Quero dizer que estar aqui, enquanto uma mulher transexual, e eu poderia dizer porque existem muitos malabaristas políticos que dizem que eu não sou uma vereadora trans, sou uma transvereadora, como gostam de dizer, e nesse sentido não veem os senhores e as senhoras aqui nenhum arco-íris**,** nenhuma bandeira LGBT, porque eu estar assumindo aqui é já estar implícita a bandeira LGBT. Ou por acaso essa bandeira LGBT não passa fome, senhores e senhoras? Não necessitam de um lar, de um apoio técnico, psicológico, de educação básica de qualidade, de uma saúde pública? Resolvendo o problema do povo porto-alegrense, resolvendo o problema do povo gaúcho em todas essas áreas, a gente resolve o problema do povo LGBT, porque o povo LGBT é o povo porto-alegrense também desta cidade, desta capital. Nós reunimos, em uma das maiores paradas livres do Brasil, mais de 100 mil pessoas, sendo LGBT ou não, porque é acima da identidade. Eu não estou aqui porque eu sou uma mulher transexual, eu estou aqui porque eu sou uma liderança da política, porque, pela minha voz, outras vozes estão colocadas, são dispersadas, são expostas neste momento. Eu falo aqui com o coração, eu não adentrei em 2019, Presidente... Gostaria de presentear a Presidência desta Casa, a liderança da oposição e a liderança da situação com o meu sexto livro publicado,

porque, se me quiseram prostituta da carne, eu sou prostituta do saber; se me quiseram nas ruas buscando alimento nas caçambas de lixo, eu dou alimento através da minha palavra com os grupos de *slam*, de poesia de rua, articulando a cultura hoje no Brasil, com 92% da população vinculada quando se constroem as facções dos nossos jovens. Então, quando estou aqui falando enquanto LGBT, senhoras e senhores, eu falo enquanto latino-americana, porque a minha luta é a luta de todos aqueles que constroem os países que compõem esse grande continente, essa Pátria grande. Eu sou "g" de gaúcha, faço parte dessa história tradicionalista, que, ainda que tenha os seus percalços e as suas dificuldades, me orgulha segurar a bandeira do Rio Grande do Sul porque ela não é de nenhum outro político que se diz aqui gaúcho conservador. Eu dialogo com conservadores, eu dialogo com todos aqueles que se dispõem a tentar política para todos e para todas, mas eu não dialogo com aqueles que não me escutam, não me respeitam, não observam em mim, sem gracejo, qualquer tipo de seriedade. Eu vim aqui com seriedade, e, ao entrar, em 2019, na política, como diz o nosso assessor Mateus Fonseca, eu vim tatuar, Presidente, eu vim tatuar na história desta cidade algo que talvez nenhum dos senhores e das senhoras possam esperar, eu vim demonstrar aqui é a capacidade do intenso diálogo, de uma mulher transexual buscar conversar com os conservadores. Ou os senhores, por acaso, e boto a minha mão no fogo, não têm parentes LGBTs? Não talvez aqueles que vão numa parada livre, não aqueles que têm um trejeito ou outro, mas aqueles que necessitam buscar a própria dignidade e, nesta sociedade que os senhores constroem, esses parentes não encontrarão? Eu busco aqui compreender e entender junto com senhores essas necessidades, por isso, um dos nossos projetos de lei é formar o estatuto municipal da pessoa transviável, para a gente entender exatamente isso, até onde vão os nossos direitos. Enquanto não tivermos um estatuto explícito, construído com os senhores, nós não teremos essa possibilidade. E digo mais: tornar as rodas de *slam*, de poesia, as batalhas de *rap*, projetos específicos de lei, para torná-los patrimônio cultural desta cidade. Quando eu observo que esta Casa está aberta em horário em que a maior parte da população está trabalhando, acredito que isso deveria ser revisado, esta Casa deveria ser do povo; quando eu relembro fatos passados em que a população não poderia entrar debaixo deste teto, esse teto talvez ruísse na sua independência vinculada à Constituição, que diz que o poder que elegeu essa população que está aqui representada é também vinda desse povo, que é negada a sua entrada, e eu entendo potencialmente que se a gente quer constituir uma Câmara Municipal que faça sentido, vamos, vereadoras e vereadores, para as ruas dialogar e observar não somente em época de campanha.

Eu li, para encerrar, os estatutos partidários dos senhores e das senhoras, eu observei cada linha de todos, os progressistas aos conservadores, porque eu sou uma mulher inteligente e para conhecê-los eu tenho que conhecer os limites ideológicos de vocês. E vos digo que, se lá eu não encontrei o termo LGBT, eu também não deixei de encontrar o respeito à dignidade da pessoa humana. E eu, que vos falo aqui, com quase 900 votos, na defesa da Escola Estadual Estado do Rio Grande do Sul, que o governador Eduardo Leite quis fechar de uma maneira autoritária, que foi fundada por Leonel de Moura Brizola, como grupo escolar Estado do Rio Grande do Sul, quando

observo isso, a memória da educação pública gaúcha é sagrada, essa escola está no bairro há mais de 60 anos. Fechar escolas sem conversar com a comunidade é potencialmente um crime à memória pública. Muito obrigada à Presidência da Casa, muito obrigada aos vereadores e vereadoras de todos os partidos que nos observaram, olho a olho, porque é assim que a gente trata de política, como se a gente estivesse na rua. Se não me olha nos olhos, não tem o respeito da minha voz e do meu voto. A quem está aqui, é por vocês que estamos aqui, não somente eu, mas Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola e todos aqueles que lutam por um Brasil independente e por uma nação livre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Atena Beauvoir Roveda. Cumprimentos a quem veio prestigiar a posse da vereadora. Solicito ao diretor legislativo que faça o próximo pregão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Moisés Barboza solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 4 a 7 de julho de 2022, e, em razão da impossibilidade de os suplentes Conselheiro Marcelo, Helen dos Santos Machado Calleya, Pai Ricardo d'Oxum, Luiz Fabiano de Souza, Professor Franzen, Henry Ventura, Matheus da Luz Xavier, Aldoir Machado Borges, Tatiane Pires Bernardes, Neiva Conceição Dias Chaves, Daniel Silva dos Santos, Políbio Figueiredo Braga e José Alfredo Pezzi Parode assumirem a vereança, o suplente Lucas Fuhr assumirá a vereança. Informamos que o suplente já procedeu a entrega à Mesa do seu diploma, de sua declaração de bens e sua indicação de nome parlamentar.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Lucas Fuhr, prestará a seguir.

SUPLENTE LUCAS FUHR (PSDB): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Declaro empossado o Ver. Lucas Fuhr. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Lucas Fuhr, V. Exa. integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e Mercosul – CEFOR.

O Ver. Lucas Fuhr está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR LUCAS FUHR (PSDB): Boa tarde a todos. Boa tarde, Ver. Idenir Cecchim, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre. Prezados vereadores desta capital presentes nesta sessão plenária, senhoras e senhores que nos acompanham hoje das galerias desta Casa, incluindo muitos amigos e apoiadores que estão aqui me honrando com suas presenças, numa tarde que já é muito especial para mim; prezados

telespectadores da TVCâmara que nos acompanham pela televisão; é com muita honra que estou aqui hoje para exercer o mandato parlamentar na cidade onde nasci e fui criado, que é Porto Alegre. Sou Lucas Fuhr, filho do bairro Santana, anchietano, sociólogo formado em Ciências Sociais pela UFRGS, advogado formado em direito pela PUC/RS, me criei frequentando os espaços-símbolos desta capital: a Redenção, a orla do Guaíba, o Parcão, entre tantos outros espaços que constituem esta cidade e que felizmente estão cada vez mais em conexão com a cidade, com os potenciais da nossa cidade. Tive a oportunidade de ocupar funções importantes do governo Eduardo Leite, sendo a principal delas a Direção Executiva do Procon/RS. Nesse período, vi quantas situações existem em que o consumidor, a bem da verdade, paga para não se incomodar. Essa é a mais pura verdade. E é por isso que trago a esta Casa, com muita humildade, mas também com muita obstinação, propostas de mudança na interação dos consumidores com empresas, buscando coibir diversos abusos que afligem os consumidores e que, infelizmente, passam batido, dia após dia, tais como a proibição da cobrança pela emissão da segunda via do tíquete do estacionamento, a obrigação de que o DMAE cobre as dívidas do serviço prestado somente de quem as contraiu, a obrigação para que aqueles que anunciam produtos à venda na internet, os fornecedores, sempre informem claramente os preços dos produtos – a bem da verdade esse é o direito à informação do consumidor, previsto pelo Código de Defesa do Consumidor, que precisa ser garantido. No meu período como diretor executivo do Procon também vi de perto as ofertas abusivas de empréstimos consignados, que jogam milhares de famílias em ciclos de dívidas sem fim. Por isso, o aspecto mais importante do pacote pró-consumidor que eu trago aqui busca enfrentar o drama do endividamento excessivo. Não é possível que se busque o consentimento das pessoas na tomada de empréstimos que, muitas vezes, comprometem durante anos o pagamento de dívidas geradas através de ligações telefônicas, que mal informam o consumidor sobre as reais condições de endividamento e pagamento daquilo que foi contratado. É por isso que os empréstimos bancários devem ser vistos como uma oferta diferenciada, e por isso devem ser tratados de forma diferenciada. É fundamental que haja fiscalização nas relações de consumo, mas também a garantia de que o consumidor conheça as reais condições de pagamento das suas dívidas. Isso não acontece via oferta de *telemarketing*. Proponho, assim, a proibição da tomada desse consentimento de empréstimos, muitas vezes volumosos, de valores que comprometem a renda das pessoas, mediante *telemarketing* ativo por telefone, como já acontece no Paraná. Inclusive tem decisão do Supremo Tribunal Federal favorável à validade dessa norma, ela está de acordo com a legislação. Muitos desses problemas poderiam ser prevenidos com educação financeira, difundindo informações sobre como a economia funciona, permitindo assim que as famílias possam tomar decisões mais fundamentadas sobre como usar o seu próprio dinheiro. Tive a oportunidade de ver alguns cursos de educação financeira para jovens, vi de perto quão pouco eles dominam sobre as noções de inflação, juros, nome negativado, cheque especial, cartão de crédito; tais assuntos precisam com urgência ser debatidos em sala de aula, antes que os jovens cheguem à fase adulta, de modo a evitar o endividamento precoce. Se quisermos jovens proativos na economia, donos da sua vida econômica,

precisamos que eles entendam como a economia funciona. Por isso peço aos meus colegas vereadores que tenham sensibilidade ao tratar dessas questões que trago aqui e dos projetos que estou apresentando, considerando as necessidades dos consumidores, especialmente dos mais vulneráveis.

Muito importante aqui reafirmar que conhecimento nunca é demais, e conhecimento sobre a educação financeira é um conhecimento que torna o indivíduo potente, torna o indivíduo capaz de tomar decisões acertadas sobre a sua vida econômica, e é por isso que a educação financeira não pode ser vista de maneira regressiva, como algo que não deve ser ensinado, pelo contrário: a quem interessa a ignorância; a quem interessa a falta de conhecimento da população sobre economia, sobre o funcionamento da inflação, dos juros, do empréstimo consignado, do cheque especial? Só o fato de um jovem não saber decidir entre endividar-se numa determinada modalidade ou outra, já seria um conhecimento se ele tivesse essa educação financeira, ele poderia prevenir o endividamento, poderia tomar uma decisão acertada, evitando cair no ciclo de dívida sem fim. É por isso, vereadores, que estarei aqui nesta Casa discutindo sobre as pautas de defesa do consumidor com todos vocês, vereadores.

Independente do partido, entendo que a pauta do consumidor está consagrada no Código de Defesa do Consumidor. A minha experiência, frente à Direção Executiva do Procon, foi onde tive essa oportunidade de ver de perto e sofrer junto com as pessoas, buscando soluções, dando atendimento jurídico, notificando empresas, mas também vendo que é possível, sim, que os consumidores tenham a devida informação, para não incidirem, não caírem em golpes, não caírem em práticas abusivas e conseguirem ter, realmente, poder sobre a sua vida financeira. Então peço a atenção, tenho certeza que os nobres vereadores desta Casa terão condições de discutir esses temas – estarei à disposição –, e que a gente possa aprovar o pacote pró-consumidor em defesa dos consumidores de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Queria anunciar também a presença do Gugu Streit Junior, ex-vereador de Viamão, e do Ver. Rodrigo Pox, de Viamão, bem-vindos.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Ver. Cecchim, Presidente desta Casa; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; quero aqui, na liderança nosso Partido Progressista, expressar a minha satisfação, como tenho certeza a satisfação da maioria da população deste Rio Grande e do Brasil, pois já se falava, por muito tempo, que os impostos são pesadíssimos na economia brasileira, e nós, em menos de uma semana, já sentimos o preço da gasolina em torno de R$ 1,00 a menos. O ICMS, que era, pelo governo do Estado, taxado lá na base numa questão do presumível, ou seja, não se sabe que valor é, mas sempre é para cima, penalizava o cidadão. Essa diminuição dos impostos da gasolina e da energia elétrica é fundamental para o cidadão.

Eu vejo entrevistas de alguns políticos, prefeitos, inclusive do presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM, dizendo que vai prejudicar o orçamento dos municípios; mas, pelo amor de Deus, o orçamento tem que ser enxugado, os orçamentos dos municípios e estados são uma ficção, têm que ter gestão! O que está faltando, muitas vezes, é gestão! Dinheiro para saúde, tem muito, o problema são as gestões. Nesse sentido, vamos fazer, deste ano para o ano que vem, um orçamento diferente: enxuto, menos cargos de confiança, mais dinheiro para aplicar na educação e na saúde, e o dinheiro tem que ficar no bolso do cidadão não é no bolso dos governos. Cada governo é uma situação, cada governo, uma distorção. Nesse sentido, como vereador desta Casa, jamais votei aumento de IPTU; como deputado estadual, duas vezes, jamais votei aumento de ICMS, que ultimamente, inclusive, chegou a um dos mais altos do Brasil: 30% aqui no Estado para gasolina e energia elétrica. Baixou para 25% e agora, por força de uma lei do Congresso, do Supremo e do governo Bolsonaro – porque, queiram ou não, foi ele que deu a iniciativa nesse sentido –, baixou para 17%. Quinta-feira eu fui para Osório e, na *freeway*, já tinha a gasolina a R$ 6,24. Nós temos que aprender que os impostos penalizam toda a população brasileira. Essa foi uma amostra bem clara: impostos federais, estaduais e municipais penalizam o cidadão. Volto a frisar: ficou claro que quando o ICMS, que é o nosso maior imposto... Dizem que resolve, mas não resolve, porque a gestão é péssima, da maioria dos governantes, que se aproveitam desse preço presumível lá na bomba para taxar o cidadão, taxar a gasolina, taxar a energia elétrica, quando, na realidade, eu espero que agora, antes do final do ano, na elaboração dos orçamentos dos municípios e dos estados, porque é toda a Federação brasileira, nós tenhamos orçamentos não de ficção, orçamentos verdadeiros, aquilo que vai ser efetivado na cidade e no estado.

Parabéns à nossa população que pressiona os parlamentares para que não votem aumento de impostos, que penaliza principalmente o cidadão. Graças a Deus, eu estava certo, nunca votei nesta Casa – em quatro mandatos! – aumento de impostos, como IPTU. Na Assembleia, em dois mandatos, nunca votei ICMS. E prova que nós estávamos certos. Isso só penaliza o cidadão. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o processo SEI nº 278.00020/2022-07, de autoria da Verª Cintia Rockenbach, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação em reuniões na Câmara dos Deputados e Ministérios de Estado – Brasília/DF, no período de 4 a 6 de julho de 2022.

Apregoo processo SEI nº 020.00048/2022-11, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que solicita representar esta Casa no Grande Expediente da Assembleia Legislativa do Estado, em homenagem aos 15 anos da TV Record no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no dia 6 de julho de 2022, às 14h.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, diretor Luiz Afonso. O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, população que nos assiste pela TVCâmara. Nós estamos vivendo mais um escândalo neste País. Matéria da Folha de São Paulo demonstra de forma cabal que as nossas Forças Armadas não têm controle sobre o armamento comercializado no nosso País. Enquanto tivemos o aumento de mais de 400% nos CACs, as Forças Armadas, através da Lei de Acesso à Informação, declararam que são incapazes de ter o controle e de saber a quem foi entregue determinado armamento. Disso, nós podemos tirar duas lições: ou nós temos as nossas Forças Armadas totalmente incompetentes, inábeis, desconexas, imprestáveis, ou estão vinculadas ao que há de pior no nosso País. Não há terceira opção. Se existe um órgão de controle, se existe um órgão que deve fazer o acompanhamento das armas de fogo, para quem foram entregues, qual o tipo de armamento, que é o mínimo que nós esperamos do Estado, é impossível que nós tenhamos a compreensão de que isso não é extremamente grave, principalmente quando temos um presidente da República que insistentemente faz provocações e diz que o seu grupo armado pode agir no momento das eleições, que não acredita no processo eleitoral, que não acredita nas urnas e que tudo pode acontecer; depois o seu filho declara, o Eduardo Bolsonaro, que não tem como controlar pessoas armadas e seus militantes – tudo isso à luz do dia. Braga Netto faz ameaças insistentes contra as eleições, declara que as eleições podem não vir a acontecer e, ao mesmo tempo, as Forças Armadas declaram, com todas as letras, que não controlam a venda de armamento. Simultaneamente, nós sabemos que os CACs, os caçadores, atiradores e colecionadores, têm sido utilizados para compra de armas legalizadas para o crime organizado, seja para milícia ou seja para as facções ligadas ao tráfico de drogas. Como nós, participando de uma sociedade democrática, que possui leis, que possui órgãos, podemos admitir esse absurdo envolvendo o descontrole do armamento por parte das Forças Armadas? Esse é um projeto de desmantelamento, é um projeto de portarias realizadas pelo Presidente miliciano, que tem como foco armar grupos criminosos com o objetivo de eliminar a oposição desse País, de eliminar o campo democrático, de eliminar o campo da esquerda, e é para isso que esse projeto está sendo colocado em prática em todo o seu nível, em toda sua amplitude.

Então, colegas vereadores e vereadoras, população que nos assiste, tenham muita atenção, nós temos que cobrar uma medida enérgica contra esse descontrole, e nós seguiremos denunciando e atentos, frente a mais esse ataque à democracia feita por um governo fascista. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR DELEGADO CLEITON (PDT): Boa tarde, senhores, quero saudar aqui o nosso Presidente, colega da minha primeira legislatura; saudar a todos os vereadores, em especial a companheira Atena, que hoje assumiu seu cargo aqui nesta Câmara. E, em nome do nosso PDT, saúdo aqui a todos os funcionários desta Câmara, quero dizer a todos que estava com saudade dos amigos que fiz aqui nesse espaço, no tempo em que fui vereador. Saúdo a minha esposa, o meu amigo Serginho e a minha eterna assessora, a Rejane, que saiu ontem do hospital e fez questão de vir aqui prestigiar este momento. Quero saudar os meus policiais na 18ª DP, eu sei que estão lá torcendo por mim no período, senhores, em que irei assumir, de forma transitória e rápida, o lugar do Ver. João Bosco, infelizmente, no lugar do companheiro Mauro Zacher, companheiro que muito fará falta junto a esse espaço, à cidade de Porto Alegre. E quero aqui saudar a sua esposa, a senhora Anete; saudar os pais, o Seu Flávio e a Dona Sandra. Eu iria deixar o Leonardo e a Martina para o final, dizer a eles que, nesse espaço de tempo em que o pai esteve neste plano, ele cumpriu com a missão que é representar a sociedade, representar o povo, e o fez muito bem. Agora mesmo, eu estava sentado aqui, entrei em contato, recebi um telefonema, do conselheiro tutelar conhecido como Marcão, lá na Zona Norte. E o Marcão me falava, na semana passada, de alguns projetos elaborados pelo Ver. Mauro Zacher e que espero que seja dada continuidade. Eu quero aqui parabenizar e saudar toda a equipe do Ver. Mauro Zacher, as pessoas que confiavam no seu trabalho, em nome especialmente do amigo e companheiro Rafael Fleck. Fleck, além de chefe de gabinete, foi alguém que participou de toda a caminhada ao longo desse trabalho político exercido pelo companheiro Mauro Zacher. Importante frisar e importante dizer que essa equipe continuará trabalhando junto aos projetos; essa é uma promessa que recebemos do suplente João Bosco Vaz. Importante, senhores, mesmo no momento de tristeza, trazer aqui a minha solidariedade a todos os companheiros, que eu sei que doeu muito no coração de todos aqui, um jovem militante trabalhista, um jovem vereador, que já assumiu algumas secretarias, como a Secretaria Municipal de Obras e Viação, a Secretaria Municipal da Juventude. Cinco mandatos, e não é mole isso – cinco mandatos! –, tem que estar em consonância os seus eleitores e com a cidade de Porto Alegre. Mesmo que transitório, eu queria deixar dito aos senhores que meu mandato, nesses poucos dias, será um mandato de luta, de defesa ao trabalhismo, das periferias, da população de Porto Alegre, de cada um dos senhores, em cada ponto de Porto Alegre. No que eu puder ajudar neste período, estarei aqui presente para isto: para debater e discutir uma cidade melhor, uma Porto Alegre melhor. Então, senhores, fico feliz, mesmo que nessas circunstâncias, de voltar aqui nesta tribuna e poder deixar a minha força política, o meu sentimento, e o meu poder de luta para aqueles que me elegeram e para aqueles que vivem em Porto Alegre. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, cidadãos que acompanham a nossa sessão nesta tarde, eu quero falar de um assunto que preocupa não só os vereadores que circulam na cidade, que visitam a área da saúde, da educação, da assistência, ou seja, que transitam e conversam com o cidadão e cidadãs. Por incrível que pareça – não é comum, mas ultimamente se tornou corriqueiro –, em todas as regiões que nós vamos, todos reclamam da situação da saúde e da falta de vagas na educação infantil. Também vemos cada vez mais moradores de rua, assim como muito mais pessoas pedindo ajuda nas esquinas, e a situação da nossa querida capital muito desprotegida na infraestrutura da periferia. Qualquer cidadão que for na periferia da cidade vai ver esses temas muito acentuados. Eu quero falar aqui sobre uma visita que eu fiz a três lugares e mais a alguns postos da Atenção Básica. Em todos os postos da Atenção Básica hoje, se os senhores forem cedo pela manhã e encontrarem aquela fila de espera, os senhores vão verificar que existem pessoas reclamando dos serviços e da contrarreferência. Muitas vezes, conseguem a consulta, mas não conseguem, em tempo, o encaminhamento para a especialidade. Na especialidade, vem a questão dos exames, para depois tentar uma cirurgia na nossa querida Porto Alegre. Nessa questão dos especialistas, é muito, mas ainda muito demorado para o cidadão conseguir atingir o seu objetivo de consultar rapidamente, para saber se aquele diagnóstico apresenta, por exemplo, um câncer de próstata, um câncer de mama e assim por diante... Os exames sugeridos para poder detectar esse tipo de doença estão sendo muito, mas muito demorados. Se nós formos nos três prontos atendimentos – na Lomba do Pinheiro, na Bom Jesus e no PACS da Cruzeiro –, as emergências estão lotadas, lotadas, e as pessoas reclamam que, às vezes, têm que ficar esperando por mais de oito horas para serem atendidas. Quando são atendidas e precisam de um especialista, eles dizem: "Procure uma Atenção Básica, para eles fazerem o encaminhamento ao especialista". Muitas vezes, são atendimentos de urgência, a pessoa está com uma infecção pulmonar em função, por exemplo, de nós estarmos vivendo o período de inverno, doenças consideradas contagiosas, e, com a baixa da imunidade, é muito típico as pessoas contraírem alguma doença nesse período. Portanto, nós reforçamos, semanalmente, lá na COSMAM e aqui na tribuna, para que os secretários, no caso aqui o secretário da Saúde, circule na cidade, para que ele vá visitar os postos de saúde, para que ele verifique *in loco*, por exemplo, a falta de servidores. Vários concursos públicos foram feitos, e os servidores não foram chamados. Amanhã teremos uma reunião na COSMAM para tratar desse assunto, mas é lamentável que a gente tenha que seguidamente, isto é, todos os meses, reforçar aqui, cobrar do governo que nós só vamos acabar com a fila com o aumento da oferta de serviços, seja para consultas, seja para especialistas, seja para aumentar o número de oferta de exames de internações.

Isso para que o poder público, quando tem o braço pequeno ou não consegue estender a todos, tenha a possibilidade de contratualizar serviço dos hospitais filantrópicos e outros hospitais que dispõem desses serviços para que o governo, em tempos de inverno, por exemplo, já que tem a Operação Inverno, resolva os problemas da nossa querida Porto Alegre. Portanto, faço este apelo em nome da oposição: apresse

o passo, governo, apresse o passo, secretário da saúde, visite a população que o senhor vai verificar a necessidade de ampliação da oferta de serviços, nesse aspecto da área da saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Apregoo requerimento de autoria das Vereadoras Laura Sito e Karen Santos, solicitando a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h24min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0896/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 029/21, que cria e extingue funções gratificadas e altera os incs. IV, VIII e XII do art. 16 e o Anexo I da Lei nº 11.979, de 22 de dezembro de 2015, que regulamenta a Lei Complementar nº 701, de 18 de julho de 2012, que institui a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município (PGM). **(SEI 118.00273/2021-61)**

Parecer:
- da **CCJ.** Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:
- com Mensagem Retificativa nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 25-04-22 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLE nº 029/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, como chegaram algumas emendas e precisamos elaborar, solicito suspender os trabalhos.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Deferido. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h25min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h32min: Estão reabertos os trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELLO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda n° 01, de autoria do Ver. Claudio Janta, ao PLE nº 029/21.

(Procede-se à leitura da Emenda n° 01.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLE nº 029/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir.

Em votação a Mensagem Retificativa n° 01 ao PLE nº 029/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação a Emenda n° 01 ao PLE n° 029/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o PLE nº 029/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Em discussão o PLCE nº 001/22.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicitamos, a base do governo e a base da oposição, o adiamento da discussão do PLCE nº 001/22, por três sessões.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento nº 106/22.

Vereador Lucas Fuhr (PSDB): Presidente Idenir Cecchim, apenas a título de esclarecimento em relação ao Requerimento n° 106/22; na verdade, esse concurso já foi homologado na sexta-feira, dia 1° de julho. Então, pode estar havendo uma perda do objeto em razão de já ter sido homologado o concurso, inclusive com previsão de chamamento das pessoas aprovadas, dentro das vagas do edital. Apenas informando.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Esclarecido, mas já estamos em votação.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 106/22 – (Proc. nº 0495/22 – Ver. Matheus Gomes, Roberto Robaina, Leonel Radde, Aldacir Oliboni, Pedro Ruas e Jonas Reis e Ver^as^ Laura Sito, Daiana Santos e Bruna Rodrigues) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade "às trabalhadoras e aos trabalhadores aprovados no concurso da Secretaria Estadual de Saúde, uma vez que, nesse momento, o único impeditivo para a efetivação dos novos servidores é a homologação deste certame, que se faz estratégico pelo seu objetivo, ou seja, prover as vagas em aberto no quadro da SES". **(SEI 217.00033/2022-29)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento n° 106/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

(A Ver.ª Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0787/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 071/18, de autoria do Ver. Clàudio Janta, que altera a ementa, o *caput* do art. 1º, as als. a e b do inc. III e os §§ 2º e 3º, todos do art. 2º da Lei nº 10.836, de 11 de fevereiro de 2010, alterada pela Lei nº 11.735, de 2014, alterando a nomenclatura de Secretário de Diligências para Oficial do Ministério Público. **(SEI 118.00037/2021-44)**

Pareceres:
- da **CCJ.** Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR.** Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB.** Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto.

Observação:
- incluído na Ordem do Dia em 22-02-21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 071/18. Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a abstenção do Ver. Jessé Sangalli.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 101/22 – (Proc. nº 0479/22 – Verª Lourdes Sprenger) – requer a realização de Sessão Solene no dia 04 de agosto, às 17h, destinada à entrega do Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à RBS TV – Jornal do Almoço. **(SEI 035.00053/2022-10)**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 101/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0857/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 360/21, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que assegura prioridade na vacinação contra pneumonia na rede pública de saúde do Município de Porto Alegre para os grupos que especifica. **(SEI 021.00166/2021-48)**

Parecer Conjunto:
- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM.** Relator-Geral Ver. Leonel Radde: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:
- incluído na Ordem do Dia em 27-06-22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 360/21.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Só quero fazer uma menção: pelo nosso entendimento, já existe prioridade na vacina da pneumonia, conforme o PNI para doenças pulmonares. Então, não teria sentido de se aprovar. Obrigada.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver.ª Cláudia Araújo. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 360/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta Mônica Leal, colegas vereadores e vereadoras. Não vou me ater aqui ao fato de que o governo quer mais um tempo para poder discutir o projeto, mas quem não conhece a vacina pneumocócica, que impede a infecção pulmonar, principalmente em tempos de

covid, é bom primeiro que tente se informar sobre a política das vacinas ofertadas pelo Sistema Único de Saúde em todo o Brasil, e não é diferente aqui no Grande do Sul, nem em Porto Alegre. Todos aqueles cidadãos e cidadãs que tomaram a vacina pneumocócica antes de tomarem, ou depois até de terem tomado a primeira dose da vacina contra covid, não tiveram infecção pulmonar! Isso não é o vereador que está dizendo; todos os especialistas, pneumologista dizem para todas as pessoas que são propensas a terem ou têm uma doença contagiosa ou infecciosa: eles, em tomando a vacina, não terão essa infecção. E aí a possibilidade de ir para uma UTI é bem diferente. Essa vacina já é fornecida pelo Sistema Único de Saúde para todos os estados e municípios, só que ela não é divulgada. Nós queremos criar uma política de Estado, uma política municipal para que ela seja ofertada para todos os cidadãos que estiverem com a imunidade baixa, que estiverem propensos, que tiverem alguma doença infecciosa, como por exemplo a questão da pneumonia, a questão da asma, a questão da bronquite, a questão da hepatite, a questão de qualquer tipo de câncer. Nós não estamos aqui brincando! Tem gente que não conhece por dentro como funciona a área da saúde. A vacina está ali, mas ela é só dada para quem for lá com a receita e tiver mais de 60 anos. Nós temos crianças, jovens que têm problema de bronquite, têm hepatite, e elas não podem fazer a vacina, têm que pagar. Mas tem disponível ali no Sanatório Partenon! Nós temos que criar uma política de Estado, e eu estou propondo aqui que essa política municipal dialogue com as pessoas que precisam tomar essa vacina. O pobre desempregado que não tem o que comer vai fazer a vacina de que forma? Hoje, se tu tens um convênio da Unimed e outros convênios, vai lá no Shopping Total e faz sem pagar nada, basta ter o convênio. E quem não tem? Estou fazendo um apelo aqui, e quero o apoio do governo e de todos os vereadores, por que jamais... Claro que com o advento da pandemia, muitos foram contra a vacina, aí se respeita, mas não chegam a 15% – e são contra a vacina da covid. Eu sou a favor da vacina, eu quero que a população tenha acesso a outras vacinas, mas faz se quiser, ela será uma opção. Por isso estamos aqui pedindo o apoio do governo, e se nós não tivermos concordância, ou se vocês não tiverem acordo, eu não vou botar um projeto desses para perder, os senhores me desculpem. Por isso, Presidente, peço que a base do governo reavalie isso para nós podermos conversar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLL n° 360/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Quero começar parabenizando o vereador pela iniciativa, por ter entendido o problema e por ter apresentado projeto nesse sentido. Eu até pedi para ele o texto para poder embasar um pouco mais, para poder falar, e só vou explicar por que eu vou votar contrariamente e qual é o caminho que eu acho que ele deve seguir para tentar implementar esse projeto na cidade de Porto Alegre. Imaginem que, ao longo do processo de descoberta de novas

soluções médicas para o tratamento de doenças no País como um todo, nós dependamos da votação de uma Câmara de Vereadores para transformar isso numa política pública. Na verdade, nós vamos estar burocratizando a busca de soluções para a saúde pública do nosso País. Então, entendendo que ele está imbuído das melhores intenções e, pelo que entendi, também acompanhado da ciência, eu entendo que seja mais adequado ele solicitar uma audiência com o secretário de Saúde aqui do município de Porto Alegre, e, a partir disso, sugerir, através de requerimento, gerando documentos nesse sentido, de modo a sensibilizar o nosso secretário de Saúde, que é um médico, da importância disso, para que se crie essa política pública que eles entendem que é importante ser implementada aqui na nossa cidade. Por que eu acho que é mais importante de ele fazer isso através de uma conversa com o secretário, que é um técnico, servidor público da rede pública – no caso, federal, porque ele é vinculado ao GHC, se não me engano –, do que ele fazer isso através de lei? Primeiro, pela questão da burocracia; depois, vamos supor que, por algum entendimento médico futuro, essa orientação mude, ao invés de ser algo bom, se perceba, no longo prazo, que isso possa ser ruim: a gente vai precisar fazer uma lei para retirar essa orientação que foi dada hoje por lei. Então, por uma questão de agilidade dos processos, e por entender que o caminho adequado é sensibilizar o secretário e não os vereadores, eu aqui encaminho minha sugestão de voto contrário aos vereadores, porque não pode a ciência, a medicina, depender de uma votação na Câmara de Vereadores para mudar o posicionamento de uma secretaria.

Fica aqui o registro e sugestão, se o vereador quiser que eu vá junto com ele, posso estar presente, e se ele quiser fazer esse debate na COSMAM, tenho certeza que a nossa vice-líder do governo, que também é presidente da COSMAM, vai poder encaminhar essa discussão lá na Comissão. Obrigado, estamos juntos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Consulto se mais algum vereador deseja discutir a matéria. (Pausa.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, é lamentável, mas vou pedir o adiamento da discussão do PLL nº 360/21, por três sessões, esperando que o governo pesquise um pouco mais. Eu acho que o governo tem um total desconhecimento nesse sentido, à medida que não está disponível, e o projeto cria uma política pública para disponibilizar à população, creio que não tem esse conhecimento o próprio secretário, alguém que entenda sobre isso. A comunidade científica ou médica está recomendando às pessoas fazerem isso, terem acesso à vacina, e em Porto Alegre nós não temos acesso universal. Por isso estamos pedindo o adiamento, até que o governo se conscientize, para que todo mundo vote a favor. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento): Presidente Mônica, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 465/21, por três sessões, porque nós ainda não temos o parecer definitivo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.ª Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 102/22 – (Proc. nº 0480/22 – Ver^as^ Comandante Nádia, Fernanda Barth, Mari Pimentel e Vers. Felipe Camozzato, Alexandre Bobadra, Ramiro Rosário e Jessé Sangalli) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade **"**à Policial Militar que sofreu uma série de xingamentos com conotação racista, misógina e gordofobia, bem como ameaça de morte, durante o seu labor". **(SEI 025.00047/2022-72)**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 102/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sra. Presidente, nós temos mais três requerimentos de homenagens que estão com data atrasada, então peço que a senhora consulte plenário da possibilidade de incluí-los na priorização de hoje: Requerimento n° 094/22, Requerimento n° 103/22 e Requerimento n°105/22.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB) (Requerimento): Presidente Mônica, eu me manifesto favoravelmente à votação dos requerimentos. Solicito a formação de um bloco de votação composto pelos Requerimentos n°s 094/22, 103/22 e 105/22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 094/22 – (Proc. nº 0442/22 – Verª Laura Sito) – requer seja o período de Comunicações do dia 11 de julho destinado a homenagear a Associação de Doulas do Rio Grande do Sul – ADOSUL. **(SEI 216.00072/2022-27)**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 103/22 – (Proc. nº 0481/22 – Ver. Claudio Janta) – requer seja o período de Comunicações do dia 11 de julho destinado a assinalar o transcurso dos 90 anos do Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre – SINDEC. **(SEI 024.00063/2022-66)**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 105/22 – (Proc. nº 0494/22 – Ver. Pedro Ruas) – requer seja o período de Comunicações do dia 11 de julho destinado a assinalar o transcurso dos 60 anos do Sindicato dos Radialistas RS. **(SEI 207.00026/2022-37)**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o bloco composto pelos requerimentos nºs 094/22, 103/22 e 105/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h55min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Transcorrido o período de Comunicações sem pronunciamentos.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0299/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 101/21, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que determina o fechamento da Avenida Edvaldo Pereira Paiva para a circulação de veículos automotores aos sábados, domingos e feriados, das 6h (seis horas) às 20h (vinte horas). **(SEI 041.00007/2021-23)**

PROC. Nº 0994/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 418/21, de autoria da Verª Daiana Santos, que inclui o evento Becos e Vielas Hip Hop no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 21 de maio. **(SEI 209.00158/2021-86)**

PROC. Nº 1285/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 570/21, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que estabelece a dispensa das aulas e a realização de avaliação em períodos alternativos aos estudantes atletas e dá outras providências. **(SEI 023.00033/2021-70)**

PROC. Nº 0143/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 071/22, de autoria dos Vers. Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Airto Ferronato e Moisés Barboza e das Verªs Mari Pimentel e Bruna Rodrigues, que altera a ementa e o *caput* do art. 1º e inclui incs. I e II no *caput* e § 2 no art. 1º, todos na Lei nº 12.233, de 28 de março de 2017, estabelecendo que a obrigação de conceder desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da inscrição para os atletas idosos não se aplica às promotoras de competições definidas como federações ou associações sem fins lucrativos nos casos em que as competições esportivas não estiverem recebendo recursos de leis de incentivo ao esporte. **(SEI 211.00015/2022-42)**

PROC. Nº 0145/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 073/22, de autoria da Verª Mari Pimentel, que inclui inc. XI no *caput* e § 2º no art. 2º da Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009, que institui o Portal Transparência Porto Alegre, e alterações posteriores, incluindo nome completo, currículo e contato dos membros, regimento interno, atas e pautas e calendário de reuniões dos Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Comitês de Indicação e Comitês de Auditoria Estatutários das empresas estatais, dos Conselhos Deliberativos das autarquias municipais e dos Conselhos Municipais regulados pela Lei Complementar nº 661, de 7 de dezembro de 2010, no rol de informações que devem ser divulgadas no Portal Transparência Porto Alegre, estabelecendo as informações que o currículo deverá conter e determinando a padronização de seu formato. **(SEI 211.00018/2022-86)**

PROC. Nº 0320/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 171/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua Yolanda Pereira o logradouro público cadastrado conhecido como VTC F – Vila Monte Cristo –, localizado no Bairro Vila Nova. **Com Emenda nº 01, do Ver. Márcio Bins Ely. (SEI 281.00018/2022-16)**

PROC. Nº 0447/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 230/22, de autoria da Verª Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Angelino de Souza Pazzim o logradouro público cadastrado conhecido como Rua D – Loteamento Nossa Senhora da Esperança –, localizado no Bairro Belém Velho. **(SEI 215.00036/2022-64)**

PROC. Nº 0488/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 247/22, de autoria da Verª Comandante Nádia, que denomina Rua Tenente Ignácia Blauth o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 4026 – Vila Orfanotrófio I –, localizado no Bairro Santa Tereza. **(SEI 025.00048/2022-17)**

PROC. Nº 0392/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/22, que declara de utilidade pública o Sindicato Rural de Porto Alegre. **(SEI 118.00282/2022-32)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0318/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 169/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua Barbosa Lessa o logradouro público cadastrado conhecido como VTC J Vila Monte Cristo, localizado no Bairro Vila Nova. **Com Emenda nº 01, do Ver. Márcio Bins Ely. (SEI 281.00016/2022-27)**

PROC. Nº 0446/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 008/22, que institui a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras e o Controle Eletrônico de Serviços Tomados por Instituições Financeiras. **(SEI 118.00307/2022-06)**

PROC. Nº 0807/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 334/21, de autoria do Ver. Giovani e Coletivo, que cria o Programa Legislatura Juvenil no âmbito da Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA). **(SEI 234.00008/2021-47)**

PROC. Nº 0290/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 150/22, de autoria do Ver. Mauro Zaccher, que denomina Rua Marlene Pessio Brum o logradouro não cadastrado conhecido como Beco Seis Av. Vicente Monteggia, localizado no Bairro Nonoai. **(SEI 042.00021/2022-15)**

PROC. Nº 0317/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 168/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua José Mariano da Rocha Filho o logradouro público cadastrado conhecido como VTC O Vila Monte Cristo, localizado no Bairro Vila Nova. **Com Emenda nº 01, do Ver. Márcio Bins Ely. (SEI 281.00015/2022-82)**

PROC. Nº 0327/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 178/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua Sergio Mamberti o logradouro público cadastrado conhecido como RP Dezoito – Vila São Carlos –, localizado no Bairro

Lomba do Pinheiro. **Com Emenda nº 01, do Ver. Márcio Bins Ely. (SEI 281.00026/2022-62)**

PROC. Nº 0328/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 179/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Rua Paulo Mendes da Rocha o logradouro público cadastrado conhecido como RUA C R. Flor de Lis, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro. **Com Emenda nº 01, do Ver. Márcio Bins Ely. (SEI 281.00027/2022-15)**

PROC. Nº 0449/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 231/22, de autoria do Ver. Felipe Gaspar, que denomina Rua Antonio Murjani Fernandes o logradouro público cadastrado conhecido como Rua A – Vila Hípica do Cristal –, localizado no Bairro Cristal. **(SEI 283.00001/2022-67)**

PROC. Nº 0467/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 241/22, de autoria da Verª Psicóloga Tanise Sabino, que inclui o evento Junho Laranja – Mês de Luta contra Queimaduras no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de junho. **(SEI 215.00042/2022-11)**

PROC. Nº 0483/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 016/22, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre, define suas competências, organização e revoga a Lei nº 8.198, de 18 de agosto de 1991. **(SEI 118.00318/2022-88)**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h57min.)

*** * * * ***